



SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 22/05/2025

BREVES COMUNICAÇÕES

Airton Faleiro (PT - PA) - O Deputado celebrou os avanços obtidos em audiência com os Ministros Renan Filho e Jader Filho, na qual foram discutidas ações para o asfaltamento da BR-422. Agradeceu a conclusão do trecho de 60 quilômetros entre Novo Repartimento (PA) e Tucuruí (PA) e destacou o compromisso do Governo Federal para finalizar os 20 quilômetros restantes entre Tucuruí (PA) e Limoeiro do Ajuru (PA) ainda neste ano. Reforçou a importância da obra para integrar o Marajó (PA) e a região tocantina ao restante do País. Enfatizou o protagonismo de Prefeitos, Vereadores e movimentos sociais na mobilização pela obra e informou que o Governo Lula incluirá os recursos para o asfaltamento restante no Orçamento. Por fim, anunciou a visita do Presidente Lula e dos Ministros para inauguração do trecho asfaltado e para o anúncio do projeto de conclusão da rodovia.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado celebrou a condenação do empresário Sérgio Nahas pela Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) pelo assassinato da esposa Fernanda, cometido há 23 anos em São Paulo (SP). Ressaltou a disparidade entre a pena de oito anos aplicada a Nahas, que aguardou o julgamento em liberdade, e os 14 anos de prisão imediata à “Débora do batom”, condenada por vandalismo sem violência física. Criticou a morosidade e as falhas do Poder Judiciário, apontando a necessidade de reforma para evitar impunidades. Além disso, destacou o apoio de mais de 260 Deputados à votação do Projeto de Lei nº 2.858, de 2022, que trata da anistia aos participantes dos atos de 8 de janeiro de 2023. Por fim, defendeu a revisão das penas dos manifestantes dos atos antidemocráticos, ressaltando que bom senso e amor ao próximo não dependem de formação jurídica.

Flávio Nogueira (PT - PI) - O Deputado destacou a criação da Secretaria da Inovação Legislativa da Câmara dos Deputados, da qual é titular, como iniciativa essencial para qualificar o processo legislativo e aproximar o Parlamento da sociedade. Ressaltou que legislar com qualidade exige escuta, técnica, responsabilidade social e adaptação às mudanças do tempo. Explicou que a Secretaria atuará na produção de estudos, aprimoramento de métodos internos, incentivo à transparência e à participação popular. Enfatizou a importância de parcerias com universidades, centros de pesquisa, sociedade civil e organismos internacionais. Adicionalmente, anunciou a criação da Medalha Amigo da Inovação no Legislativo, que reconhecerá iniciativas públicas transformadoras. Ao final, afirmou que a inovação é instrumento fundamental para decisões eficazes e sustentáveis diante dos desafios do Brasil contemporâneo.



Sargento Fahur (PSD - PR) - O Deputado denunciou o impacto devastador do tráfico de drogas sobre a juventude e a segurança pública, ao vinculá-lo ao aumento de furtos, roubos e homicídios. Relatou sua visita a Sarandi (PR), onde uma mãe viciada em crack deixou o filho de 1 ano e 2 meses como garantia de dívida com traficantes. Defendeu o endurecimento das leis contra o tráfico e a responsabilização dos usuários, inclusive por meio de internação compulsória. Criticou a banalização do consumo de entorpecentes em espaços públicos e cobrou medidas efetivas do Governo Federal e dos Governos Estaduais. Elogiou a atuação do Prefeito, da Guarda Civil e da Polícia Militar na dispersão da Cracolândia em São Paulo (SP). Por fim, reiterou sua trajetória como policial e afirmou ser urgente combater com rigor tanto o tráfico quanto o consumo de drogas.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado alertou para o desmanche silencioso da economia promovido pelo Governo Lula, afirmando que a estratégia seria empobrecer a população para torná-la dependente dos programas sociais. Criticou a isenção na conta de luz para os mais pobres, ao defender que a verdadeira emancipação se dá por meio do trabalho. Condenou o aumento do funcionalismo como mecanismo para transferir recursos públicos a sindicatos aliados e classificou o desconto fraudulento nos benefícios de aposentados como um crime hediondo. Repudiou a atuação dos Ministros Fernando Haddad e Simone Tebet no Governo Federal. Denunciou o congelamento do Orçamento de 2025 e associou a vitória eleitoral do Presidente Lula ao uso político de recursos desviados dos aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Por fim, advertiu para o avanço autoritário da Esquerda e a politização do Judiciário, apontando para o risco de desmonte institucional.

Airton Faleiro (PT - PA) - O Deputado defendeu a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar com rigor o roubo dos aposentados no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), afirmando que as investigações indicam que o esquema foi criado no Governo Bolsonaro. Além disso, destacou a necessidade de distinguir entre instituições sérias, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), daquelas que foram criadas para fraudar aposentados e pensionistas. Ademais, relatou que, na Marcha dos Prefeitos, o Governo Lula esteve representado por 25 Ministros, recebeu aplausos da maioria dos participantes e anunciou o programa Minha Casa, Minha Vida renovado, incluindo crédito para reformas e ampliações, além do Mais Acesso a Especialistas, que reduz o tempo de espera por consultas e exames. Por fim, ressaltou que o Governo Lula atende todos os Municípios sem discriminação partidária, o que gera descontentamento na Oposição.

Ana Paula Lima (PT - SC) - A Deputada destacou sua participação na 26ª Marcha dos Prefeitos, que reuniu cerca de 13 mil gestores em Brasília (DF). Criticou a ausência do Governador de Santa Catarina no evento e



ressaltou a presença e o acolhimento do Presidente Lula, do Vice-Presidente Alckmin e de Ministros. Além disso, comparou os investimentos atuais do Governo Federal com a gestão anterior, mencionando avanços em obras de saúde, educação e infraestrutura no Estado. Ao final, enfatizou o atendimento igualitário a Prefeitos de diferentes partidos e elogiou o curso de Enfermagem do Instituto Federal de Joinville (SC), que obteve nota máxima no Enade.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou a aprovação do Projeto de lei nº 1.466, de 2025, que autorizou um aumento de R\$ 27 bilhões anuais em despesas públicas, incluindo reajuste salarial de 4,5% a servidores federais e a criação de 14 mil cargos comissionados. Informou que o impacto recai sobre os contribuintes de baixa renda e os 33 milhões de autônomos do País. Afirmou que o Partido Novo foi o único a orientar voto contrário ao texto, sobretudo pela autorização de 2 mil cargos de livre nomeação. Por fim, alertou para o risco de aparelhamento da máquina pública e defendeu mais responsabilidade fiscal.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado criticou a aprovação, no Senado, do projeto que flexibiliza o licenciamento ambiental, classificando-o como um “PL da devastação”. Afirmou que a proposta representa um grave retrocesso ao praticamente eliminar exigências de licenciamento para a maioria das obras, inclusive em áreas sensíveis como a Mata Atlântica. Alertou para o enfraquecimento da fiscalização, a legalização do autolicensing e o silenciamento de povos indígenas. Também anunciou que o PSOL tomará medidas legais contra a proposta, por considerá-la inconstitucional e violadora do artigo 225 da Constituição. Por fim, mencionou a proximidade da COP 30 e questionou o compromisso do Congresso com a pauta ambiental.

Sargento Fahur (PSD - PR) - O Deputado se dirigiu aos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, especialmente do Paraná, para justificar sua ausência em reuniões durante a Marcha dos Prefeitos. Informou que sua prioridade tem sido a atuação no Plenário e nas Comissões da Câmara, onde afirma estar presente diariamente, inclusive como titular da Comissão de Segurança. Também relatou que mantém o envio de emendas para áreas como segurança, saúde, educação e agricultura, apesar de não conseguir atender pessoalmente todos os gestores municipais. Ao final, afirmou que, durante o recesso parlamentar, pretende visitar as bases e reforçou seu compromisso com os Municípios e seus representantes locais.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado elogiou publicamente o colega Deputado Sargento Fahur (PSD-PR), destacando sua dedicação ao trabalho legislativo. Mencionou que Fahur é um dos primeiros a chegar e o último a sair das sessões, sendo exemplo de comprometimento com o mandato e com os eleitores do Paraná. Nesse sentido, criticou a ausência de muitos Parlamentares nas votações e apontou o voto fisiológico como



um dos principais problemas da Câmara. Por fim, reforçou que a divergência de ideias, como a de colegas de outros partidos, não é um obstáculo, mas sim uma expressão legítima da pluralidade política.

Prof. Reginaldo Veras (PV - DF) - O Deputado registrou a presença no plenário da Câmara dos Deputados de um grupo de professores conhecidos como "edutubers", educadores que compartilham conhecimento por meio de canais no YouTube. Informou que os convidados estiveram em Brasília para receber uma premiação por seus trabalhos nas respectivas áreas do ensino e aproveitaram para visitar a Casa e dialogar com integrantes da Comissão de Educação, incluindo os Deputados Rafael Brito, Tabata Amaral e o próprio Prof. Reginaldo Veras. Ao final, destacou a relevância do trabalho desses profissionais, que alcançam milhões de estudantes em todo o País.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado defendeu a ampliação das políticas de justiça social, com destaque para as áreas tarifária, tributária, democrática e ambiental. Elogiou a medida provisória do Governo que busca corrigir distorções nas tarifas de energia elétrica, beneficiando consumidores de baixa renda. Também apoiou a proposta de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e a taxação dos super-ricos. Além disso, saudou ainda o depoimento do Brigadeiro Baptista Júnior por expor a tentativa de golpe de Estado. Por fim, criticou mudanças aprovadas no Senado que flexibilizam o licenciamento ambiental, alertando para os riscos à biodiversidade brasileira.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado acusou sindicatos ligados a partidos de esquerda de praticarem fraudes contra aposentados, especialmente em áreas rurais, por meio de descontos indevidos com base em autorizações obtidas sem transparência. Defendeu a instalação de uma CPI, mas criticou articulações do Governo para controlar a composição da comissão. Também afirmou que o atual modelo de licenciamento ambiental fracassou e celebrou a aprovação do novo marco legal, que, segundo ele, trará mais liberdade ao setor produtivo. Por fim, mencionou pesquisa do Ipespe que indicou 54% de desaprovação ao Governo Lula.

Márcio Jerry (PCdoB - MA) - O Deputado afirmou que a fraude contra aposentados no INSS teve início durante o Governo Bolsonaro, tornando-se sistêmica, e destacou que o atual Governo vem apurando os crimes com ações da CGU e da Polícia Federal. Criticou parlamentares que tentam responsabilizar o Governo Lula e defendeu entidades como a Contag, que atuam na proteção dos trabalhadores rurais. Também condenou a postura de um Parlamentar que, nos Estados Unidos, estaria conspirando contra o Brasil e as instituições democráticas. Ao final, rechaçou qualquer tentativa de deslegitimar o STF, reafirmando seu papel como pilar do sistema democrático.



Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada manifestou solidariedade à Ministra Vera Lúcia Santana Araújo, do TSE, após um episódio de racismo ocorrido durante evento em Brasília. Informou que a Ministra foi impedida de entrar no local onde palestraria, mesmo após se identificar. Destacou a trajetória de luta e competência de Vera Lúcia como mulher negra e criticou a persistência da invisibilidade e do preconceito racial no Brasil. Também lembrou que situações semelhantes são vividas por outras mulheres negras em espaços de poder e reafirmou a importância de garantir visibilidade e respeito à maioria da população brasileira, formada por mulheres negras.

Prof. Reginaldo Veras (PV - DF) - O Deputado criticou a proposta do Governo do Distrito Federal de instalar uma usina termoeletrica na região de Samambaia (DF), o que afetaria também Ceilândia (DF) e Sol Nascente (DF). Informou que a medida é inconsequente, vai na contramão das pautas ambientais e representa um ataque direto à população das periferias. Também denunciou a intenção do GDF de demolir uma escola pública recém-inaugurada para dar lugar à usina. Ao final, afirmou que a população e os ambientalistas resistirão à proposta, que classifica como injusta e poluente.

Dr. Fernando Máximo (UNIÃO - RO) - O Deputado anunciou a apresentação do Projeto de lei nº 1.039, de 2025, propõe a inclusão dos motoristas de aplicativo no rol de beneficiários da isenção do IPI, equiparando-os a taxistas e pessoas com deficiência. Também mencionou o Projeto de lei nº 1.038, de 2025, que visa conceder porte de arma a atiradores desportivos de nível 3, com mais de três anos de Certificado de Registro. Em seguida, homenageou o Deputado Dr. Zacharias Calil (GO) pela realização de uma complexa cirurgia de separação de gêmeas siamesas em Goiânia (GO), destacando sua dedicação, competência e espírito humanitário. Também elogiou o Hospital Estadual da Criança e do Adolescente (HECAD) e sua equipe, bem como as autoridades de saúde de Goiás pelo padrão de excelência da unidade.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado repercutiu o depoimento do Brigadeiro Baptista Júnior, da Aeronáutica, que relatou reuniões em que Jair Bolsonaro apresentou uma minuta de golpe aos comandantes das Forças Armadas. Afirmou que o depoimento confirmou o plano de impedir a posse do Presidente eleito e reforçou a necessidade de punição aos envolvidos. Criticou pedidos de anistia a golpistas e defendeu responsabilização criminal dos articuladores. Também condenou o encontro entre Donald Trump e o Presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, classificando o episódio como vexatório e marcado por supremacismo branco.

Professora Goreth (PDT - AP) - A Deputada defendeu na tribuna a concessão do adicional de atividade penosa aos servidores da educação federal que atuam em regiões de fronteira na Amazônia. Destacou que,



apesar da previsão legal, esses profissionais ainda não recebem o benefício, diferentemente de servidores de outros órgãos. Citou o exemplo de Oiapoque (AP), onde educadores enfrentam isolamento, alto custo de vida e infraestrutura precária, mas mantêm o compromisso com o ensino. Ao final, reforçou que conceder o adicional é um reconhecimento justo à dedicação desses servidores e uma forma de garantir a continuidade e a qualidade da educação pública na região.

ORDEM DO DIA

Neto Carletto (AVANTE - BA) - O Deputado denunciou a crescente insegurança em Eunápolis (BA), após o assassinato de um motorista de aplicativo e o ataque a tiros ao carro do diretor do presídio local. Expressou preocupação com o avanço da criminalidade na Bahia e defendeu medidas mais duras, como o avanço da PEC da Segurança Pública e a tipificação de crimes de facções como terrorismo. Ao final, pediu apoio dos governos estadual e federal e reforçou a necessidade de união entre as autoridades para garantir paz, dignidade e segurança à população baiana.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado defendeu o *impeachment* do Presidente Lula, acusando o Governo Federal de omissão e conivência no caso envolvendo o suposto desvio de recursos de aposentados. Afirmou que há indícios de crime de responsabilidade, favorecimento ilícito e associação criminosa, e que uma CPI ou CPMI sobre o tema será fundamental para aprofundar as investigações. Também criticou a atuação do Executivo, mencionou desgaste político entre Governadores aliados e apontou queda na popularidade do Governo.

Sargento Fahur (PSD - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2024, que aprova os textos das Resoluções MSC.239(83), MSC.240(83), MSC.256(84), MSC.257(84), MSC.258(84), 269(85), 282(86) e MSC.283(86), com as respectivas emendas, à Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (International Convention for the Safety of Life at Sea – SOLAS), de 1974, adotadas pelo Comitê de Segurança Marítima (Maritime Safety Committee – MSC) da Organização Marítima Internacional (International Maritime Organization – IMO), entre 2007 e 2009.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado registrou a presença dos Vereadores Ikinho e Elder, de Vargem Alta, no Espírito Santo. Destacou a importância da cidade para o Estado, ressaltando sua tradição na cafeicultura e na extração mineral. Informou que parte dos mármore utilizados na construção de Brasília teve origem em jazidas de Vargem Alta (ES), com participação pioneira da família Scaramussa. Também



enalteceu a cultura local, mencionando os tradicionais torneios de futebol entre famílias, que promovem integração, fortalecimento dos laços comunitários e preservação das tradições. Celebrou o Município como exemplo de trabalho, esperança e valorização da família.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado cobrou respeito à harmonia entre os Poderes e às prerrogativas parlamentares, após reunião com lideranças partidárias. Criticou decisão do Judiciário no caso envolvendo o Deputado Ramagem, que contrariou votação da Câmara. Afirmou que há clima de medo entre Deputados para se manifestarem e defendeu obstrução da pauta, com exceção de temas urgentes, como o combate à gripe aviária e fraudes no INSS. Também fez um alerta sobre a crise na segurança pública da Paraíba, classificando-a como “na UTI”, com falta de efetivo e más condições de trabalho para policiais.

Neto Carletto (AVANTE - BA) - O Deputado registrou a presença de lideranças de Itajuípe (BA) na Câmara dos Deputados. Informou que estiveram em Brasília (DF) o Prefeito Léo da Capoeira, a Vice-Prefeita Clara, a Primeira-Dama Vivi e os Vereadores Mateus Mal, Pádua, Adriano e Roninho. Destacou que o grupo veio em busca de investimentos e recursos para o Município, além de conhecer o funcionamento do Congresso Nacional. Ressaltou o trabalho dos representantes locais na busca por melhorias para Itajuípe (BA) e agradeceu pela visita ao Plenário da Câmara.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento do adiamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2024, que aprova os textos das Resoluções MSC.239(83), MSC.240(83), MSC.256(84), MSC.257(84), MSC.258(84), 269(85), 282(86) e MSC.283(86), com as respectivas emendas, à Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (International Convention for the Safety of Life at Sea – SOLAS), de 1974, adotadas pelo Comitê de Segurança Marítima (Maritime Safety Committee – MSC) da Organização Marítima Internacional (International Maritime Organization – IMO), entre 2007 e 2009. Criticou o que classificou como desrespeito à separação dos Poderes e à autonomia do Congresso Nacional. Afirmou que a anistia não foi pautada e que pleitos da Oposição seguem ignorados tanto pela Presidência quanto por líderes partidários. Defendeu o adiamento das votações como forma de restabelecer o Estado de Direito no País e reforçou que o PL manteve a decisão de obstrução total. Informou que há um consenso entre Lideranças de diferentes espectros políticos de que o Congresso não pode continuar sendo desrespeitado.

Sargento Fatur (PSD - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento do adiamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2024, que aprova os textos das Resoluções MSC.239(83), MSC.240(83), MSC.256(84), MSC.257(84), MSC.258(84), 269(85), 282(86) e MSC.283(86), com as respectivas



emendas, à Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (International Convention for the Safety of Life at Sea – SOLAS), de 1974, adotadas pelo Comitê de Segurança Marítima (Maritime Safety Committee – MSC) da Organização Marítima Internacional (International Maritime Organization – IMO), entre 2007 e 2009.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento do adiamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2024, que aprova os textos das Resoluções MSC.239(83), MSC.240(83), MSC.256(84), MSC.257(84), MSC.258(84), 269(85), 282(86) e MSC.283(86), com as respectivas emendas, à Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (International Convention for the Safety of Life at Sea – SOLAS), de 1974, adotadas pelo Comitê de Segurança Marítima (Maritime Safety Committee – MSC) da Organização Marítima Internacional (International Maritime Organization – IMO), entre 2007 e 2009. Criticou o Governo federal durante a 26ª Marcha dos Prefeitos, em Brasília (DF). Afirmou que o Presidente Lula foi vaiado no evento, enquanto o ex-Presidente Jair Bolsonaro foi aplaudido. Informou que Prefeitos de todo o País relataram dificuldades com repasses, pagamento de emendas e pressão da população por serviços públicos. Disse ter recebido em seu gabinete dezenas de Prefeitos, especialmente da Paraíba, que apontaram problemas relacionados ao que classificou como arrocho fiscal do atual Governo. Reforçou que seguirá defendendo os Municípios paraibanos diante das dificuldades relatadas.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2024, que aprova os textos das Resoluções MSC.239(83), MSC.240(83), MSC.256(84), MSC.257(84), MSC.258(84), 269(85), 282(86) e MSC.283(86), com as respectivas emendas, à Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (International Convention for the Safety of Life at Sea – SOLAS), de 1974, adotadas pelo Comitê de Segurança Marítima (Maritime Safety Committee – MSC) da Organização Marítima Internacional (International Maritime Organization – IMO), entre 2007 e 2009. Declarou que o PL, a Oposição e a Minoria mantiveram a obstrução no plenário como estratégia para defender o Estado de Direito. Afirmou que a medida buscou prolongar a pauta, utilizando os instrumentos previstos no Regimento Interno da Câmara. Informou que o objetivo foi chamar a atenção para os ataques que, na sua avaliação, o Congresso vem sofrendo por parte de outro Poder da República. Também criticou o desrespeito às prerrogativas parlamentares e citou casos de Deputados que estariam sendo calados ou presos. Acrescentou que alguns Parlamentares evitavam se manifestar publicamente por receio.



Sumário da Sessão nº 85.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/05/2025

Airton Faleiro (PT - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2024, que aprova os textos das Resoluções MSC.239(83), MSC.240(83), MSC.256(84), MSC.257(84), MSC.258(84), 269(85), 282(86) e MSC.283(86), com as respectivas emendas, à Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (International Convention for the Safety of Life at Sea – SOLAS), de 1974, adotadas pelo Comitê de Segurança Marítima (Maritime Safety Committee – MSC) da Organização Marítima Internacional (International Maritime Organization – IMO), entre 2007 e 2009.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2024, que aprova os textos das Resoluções MSC.239(83), MSC.240(83), MSC.256(84), MSC.257(84), MSC.258(84), 269(85), 282(86) e MSC.283(86), com as respectivas emendas, à Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (International Convention for the Safety of Life at Sea – SOLAS), de 1974, adotadas pelo Comitê de Segurança Marítima (Maritime Safety Committee – MSC) da Organização Marítima Internacional (International Maritime Organization – IMO), entre 2007 e 2009. Reafirmou a obstrução como estratégia do partido. Denunciou o que classificou como perseguição política e censura, citando a necessidade de anistia para opositores do atual Governo. Destacou o caso da jornalista Rosane de Oliveira, do Rio Grande do Sul, condenada judicialmente a pagar multa de R\$ 600 mil, junto ao jornal *Zero Hora*, por divulgar informações sobre o salário de uma magistrada obtidas via Lei de Acesso à Informação. Cobrou a instalação da CPI do Abuso de Autoridade do STF e do TSE, além de defender o reequilíbrio entre os Poderes.

Airton Faleiro (PT - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2024, que aprova os textos das Resoluções MSC.239(83), MSC.240(83), MSC.256(84), MSC.257(84), MSC.258(84), 269(85), 282(86) e MSC.283(86), com as respectivas emendas, à Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (International Convention for the Safety of Life at Sea – SOLAS), de 1974, adotadas pelo Comitê de Segurança Marítima (Maritime Safety Committee – MSC) da Organização Marítima Internacional (International Maritime Organization – IMO), entre 2007 e 2009.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2024, que aprova os textos das Resoluções MSC.239(83), MSC.240(83), MSC.256(84), MSC.257(84), MSC.258(84), 269(85), 282(86) e MSC.283(86), com as respectivas emendas, à Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (International Convention for the Safety of Life at Sea – SOLAS), de 1974, adotadas pelo Comitê de Segurança



Marítima (Maritime Safety Committee – MSC) da Organização Marítima Internacional (International Maritime Organization – IMO), entre 2007 e 2009. Criticou o que chamou de ataques à democracia, à separação dos Poderes e às prerrogativas parlamentares. Defendeu que a anistia é competência exclusiva do Congresso Nacional e afirmou que legislar é atribuição que deve ser respeitada por todos os Poderes. Denunciou casos de censura, perseguição e classificou a atual situação como uma “ditadura da toga”. Citou ainda episódios envolvendo presos e exilados políticos, além de alegar que o Coronel Cid teria sido vítima de tortura na prisão. Manifestou indignação com colegas que, segundo ele, estariam ignorando essa realidade.

Sargento Fatur (PSD - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2024, que aprova os textos das Resoluções MSC.239(83), MSC.240(83), MSC.256(84), MSC.257(84), MSC.258(84), 269(85), 282(86) e MSC.283(86), com as respectivas emendas, à Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (International Convention for the Safety of Life at Sea – SOLAS), de 1974, adotadas pelo Comitê de Segurança Marítima (Maritime Safety Committee – MSC) da Organização Marítima Internacional (International Maritime Organization – IMO), entre 2007 e 2009.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2024, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação na Área de Educação, assinado em Zagreb, em 14 de fevereiro de 2023. Citou o caso da jornalista Rosane de Oliveira, do Grupo RBS, condenada a pagar R\$ 600 mil à presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul por divulgar seu salário, obtido por meio da Lei de Acesso à Informação. Alertou que a censura, antes direcionada a poucos, agora atinge toda a sociedade, incluindo jornalistas e opositores. Defendeu a liberdade de imprensa, de expressão e de opinião, e afirmou que o Parlamento não pode se calar diante de abusos e perseguições.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2024, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação na Área de Educação, assinado em Zagreb, em 14 de fevereiro de 2023. Criticou casos de censura no Brasil. Citou a proibição de uma entrevista do portal UOL com Filipe Martins, destacando que, apesar de discordar da linha editorial do veículo, defende a liberdade de imprensa e expressão garantidas pela Constituição. Também mencionou o caso da jornalista Rosane de Oliveira, do Rio Grande do Sul, trazendo como alerta mais um episódio que confirma um cenário crescente de censura no País. Cobrou do Congresso Nacional uma reação para a preservação da democracia e das liberdades fundamentais.



Airton Faleiro (PT - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2024, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação na Área de Educação, assinado em Zagreb, em 14 de fevereiro de 2023.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2024, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação na Área de Educação, assinado em Zagreb, em 14 de fevereiro de 2023. Além disso, defendeu a liberdade de expressão, criticando a perseguição política ao Deputado Cabo Gilberto por um discurso feito na tribuna. Alertou que a normalização desse tipo de censura por parte da maioria parlamentar pode abrir caminho para autoritarismo, permitindo que qualquer voz contrária ao poder seja silenciada.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2024, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação na Área de Educação, assinado em Zagreb, em 14 de fevereiro de 2023. Além disso, afirmou ter sido incluído em um novo inquérito por divulgar críticas ao Ministro Flávio Dino, acusando-o de tentar fechar o Congresso ao suspender emendas constitucionais. Classificou a investigação como perseguição política e censura e pediu uma resposta firme do Congresso em defesa da separação dos Poderes e da Constituição.

Sargento Fatur (PSD - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2024, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação na Área de Educação, assinado em Zagreb, em 14 de fevereiro de 2023. Além disso, expressou preocupação com o que considera cerceamento da liberdade de expressão de Parlamentares, citando o caso do Deputado Cabo Gilberto Silva, indiciado por declarações feitas na tribuna. Defendeu a necessidade de reação do Congresso em nome da democracia e dos direitos dos brasileiros.

Airton Faleiro (PT - PA) - O Deputado discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2024, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação na Área de Educação, assinado em Zagreb, em 14 de fevereiro de 2023.



Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado denunciou que está sendo alvo de um inquérito da Polícia Federal de 2023, o qual considera uma forma de perseguição política e intimidação ao Congresso Nacional. Acusou o Supremo Tribunal Federal de promover inquéritos fraudulentos e de perseguir Parlamentares, destacando que não cometeu crime algum, mas está sendo investigado por declarações contra o então Ministro da Justiça, Flávio Dino. Por fim, reafirmou sua legitimidade como representante eleito com quase 130 mil votos e pediu união entre Parlamentares de todos os espectros políticos para defender o Estado de Direito.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado expressou solidariedade ao Deputado Cabo Gilberto Silva, denunciando que também está sendo alvo de perseguição por parte do Ministro Alexandre de Moraes. Relatou que recebeu um ofício solicitando às redes sociais o histórico de suas postagens entre outubro de 2022 e janeiro de 2023, período entre as eleições e os atos de 8 de janeiro. Disse que estava no exterior na data e que sempre defendeu manifestações pacíficas, inclusive criticando protestos em frente a quartéis. Afirmou, ainda, que essa investigação deriva de um processo já arquivado, ressuscitado ilegalmente, e classificou a situação como um ataque à liberdade de expressão. Por fim, declarou que continuará denunciando abusos de autoridade e que, no fim, os verdadeiros culpados é que deverão responder por seus atos.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento de votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2024, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação na Área de Educação, assinado em Zagreb, em 14 de fevereiro de 2023. Além disso, criticou a reabertura de um processo contra ele pelo Supremo Tribunal Federal, datado de 2023, questionando por que só agora está sendo chamado a depor. Afirmou que isso demonstra falhas graves na democracia e alertou que a perseguição política pode atingir todos, inclusive setores da esquerda e jornalistas.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento de votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2024, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação na Área de Educação, assinado em Zagreb, em 14 de fevereiro de 2023. Além disso, criticou os Ministros do Supremo Tribunal Federal, acusando-os de abusos de autoridade. Mencionou a possibilidade de sanções internacionais serem aplicadas ao Ministro Alexandre de Moraes, segundo declarações do Senador norte-americano Marco Rubio. Por fim, ironizou que os Ministros estariam "de joelhos", recorrendo ao Presidente Lula para evitar sanções e protegendo seus interesses financeiros.



Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento de votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2024, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação na Área de Educação, assinado em Zagreb, em 14 de fevereiro de 2023. Além disso, questionou a eficácia do processo legislativo, ressaltando que, mesmo após todo o trâmite legal e democrático entre Câmara, Senado e Presidência da República, decisões são desfeitas por decisões individuais de Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Sargento Fatur (PSD - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento de votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2024, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação na Área de Educação, assinado em Zagreb, em 14 de fevereiro de 2023. Além disso, ressaltou que a Oposição estava em obstrução a fim de que sensibilizar o Presidente da Câmara colocar em pauta o projeto de anistia.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento de votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2024, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação na Área de Educação, assinado em Zagreb, em 14 de fevereiro de 2023.

Coronel Meira (PL - PE) - O Deputado defendeu a criação de uma CPMI para investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), denunciando supostos casos de corrupção, má gestão e conflitos de interesse envolvendo o presidente afastado Ednaldo Rodrigues e o Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes. Informou que a CBF movimentou R\$ 1,5 bilhão em 2024, mas enfrenta dezenas de protestos por dívidas e teria repassado irregularmente recursos ao Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), instituição ligada à família de Gilmar Mendes. Denunciou a existência de articulações políticas para blindar a entidade de investigações e afirmou ter provas das denúncias.

Fred Costa (PRD - MG) - O Deputado manifestou indignação contra o Decreto nº 12.456, de 2025, que permitiu a realização do curso de Medicina Veterinária na modalidade a distância (EAD), enquanto restringiu ao formato presencial cursos como Direito, Medicina, Odontologia, Psicologia e Enfermagem. Argumentou que a Medicina Veterinária, por ser da área da saúde, exige prática presencial e que sua flexibilização representa um risco à saúde animal e humana, já que esses profissionais também atuam na fiscalização de alimentos. Por fim, anunciou uma mobilização junto ao Conselho Federal de Medicina Veterinária e a sociedade civil para reverter a decisão e tornar o curso exclusivamente presencial.



Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2024, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação na Área de Educação, assinado em Zagreb, em 14 de fevereiro de 2023.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2024, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação na Área de Educação, assinado em Zagreb, em 14 de fevereiro de 2023.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 725, de 2024, que aprova o Relatório da Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência como apreciação, pelo Congresso Nacional, dos textos da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional atualizados, encaminhados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar n.º 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 725, de 2024, que aprova o Relatório da Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência como apreciação, pelo Congresso Nacional, dos textos da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional atualizados, encaminhados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar n.º 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. Citou depoimentos de militares, como o do Brigadeiro Baptista, que confirmou reuniões sobre uma tentativa de golpe e destacou que Jair Bolsonaro sabia da inexistência de fraudes eleitorais. Afirmou que a impunidade não traz pacificação, mas sim incentiva ameaças à democracia.

Vinicius Gurgel (PL - AP) - O Deputado registrou a presença de uma comitiva de Vereadores de Porto Grande, no Amapá. Informou que a visita foi liderada pela Presidente da Câmara Municipal, Carol, que esteve em Brasília em busca de recursos e melhorias para a cidade. Destacou que a ida da comitiva ao Congresso coincidiu com o aniversário da Vereadora, que retorna ao Município levando conquistas importantes para a população de Porto Grande (AP).



Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 725, de 2024, que aprova o Relatório da Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência como apreciação, pelo Congresso Nacional, dos textos da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional atualizados, encaminhados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar n.º 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010.

Sargento Fatur (PSD - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 725, de 2024, que aprova o Relatório da Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência como apreciação, pelo Congresso Nacional, dos textos da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional atualizados, encaminhados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar n.º 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu em segundo turno o Projeto de Decreto Legislativo nº 725, de 2024, que aprova o Relatório da Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência como apreciação, pelo Congresso Nacional, dos textos da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional atualizados, encaminhados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar n.º 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. Afirmou que não há espaço para negar os fatos sobre os ataques à democracia e criticou a tentativa de distorcer a realidade com narrativas de ódio e mentira. Destacou que Jair Bolsonaro responde na Justiça por corrupção e tentativa de golpe, enquanto atribuiu ao atual Governo a responsabilidade por desarticular um esquema de fraudes no INSS, ignorado pelo ex-Presidente. mencionou que até um Senador do PL confirmou que Bolsonaro foi informado sobre as fraudes, mas não tomou providências.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de adiamento de votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 725, de 2024, que aprova o Relatório da Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência como apreciação, pelo Congresso Nacional, dos textos da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional atualizados, encaminhados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar n.º 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. Criticou a impunidade no Brasil e rebateu falas da Deputada Erika Kokay (PT-DF). Relembrou casos emblemáticos de corrupção, como dinheiro encontrado em malas e roupas, e questionou se esses episódios seriam ignorados. Apontou que recursos desviados teriam sido devolvidos a condenados após decisões judiciais e acusou o Governo Lula de compactuar com esquemas



de fraudes, citando descontos abusivos em aposentadorias. Também afirmou que sindicatos ligados ao governo estariam envolvidos nas irregularidades, mas que o sindicato do irmão de Lula não estaria sendo investigado. Acusou Kokay de defender a impunidade e de ignorar os prejuízos causados à população, especialmente aposentados, mulheres e pessoas com deficiência.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento de votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 725, de 2024, que aprova o Relatório da Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência como apreciação, pelo Congresso Nacional, dos textos da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional atualizados, encaminhados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar n.º 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. Rebateu acusações contra o Presidente Lula, dizendo que as condenações passadas foram baseadas em processos sem provas de posse dos bens. Destacou que o atual Governo combate a fome, promove superávit e fortalece políticas sociais. Defendeu ainda que a defesa nacional deve estar alinhada à proteção do meio ambiente e à integração internacional.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento de votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 725, de 2024, que aprova o Relatório da Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência como apreciação, pelo Congresso Nacional, dos textos da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional atualizados, encaminhados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar n.º 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. Declarou voto favorável à obstrução de pauta na Câmara em protesto contra decisões do Supremo Tribunal Federal. Afirmou que o STF tem desrespeitado a soberania popular e o Poder Legislativo ao interferir nas atribuições do Congresso. Defendeu que a atuação da Suprema Corte contraria os princípios constitucionais e compromete o equilíbrio entre os Poderes. Informou que não faz sentido votar matérias de interesse nacional enquanto o Judiciário, por meio de decisões, revoga atos do Parlamento. Destacou que a obstrução representa um compromisso do PL com a defesa da Constituição de 1988 e com o Estado de Direito.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 725, de 2024, que aprova o Relatório da Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência como apreciação, pelo Congresso Nacional, dos textos da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional atualizados, encaminhados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar n.º 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. Mencionou episódios envolvendo o Presidente Lula,



como o caso do triplex e do sítio em Atibaia, apontando inconsistências nas narrativas de defesa. Também citou o episódio de um ofício do Ministério do Desenvolvimento Agrário que orientava as polícias estaduais a não prender invasores. Destacou que o próprio Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, afirmou não ter conhecimento do documento, classificando o fato como uma afronta às autoridades estaduais. Informou que o Governo se sustenta em mentiras e desordem.

Sargento Fatur (PSD - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 725, de 2024, que aprova o Relatório da Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência como apreciação, pelo Congresso Nacional, dos textos da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional atualizados, encaminhados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar n.º 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar n.º 136, de 25 de agosto de 2010. Rebateu declarações da Deputada Erika Kokay sobre o Presidente Lula, afirmando que ele foi condenado por corrupção e lavagem de dinheiro em diferentes instâncias, embora tenha tido os processos anulados pelo STF por questões processuais. Destacou que Lula nunca foi inocentado. Também acusou o atual Governo de envolvimento em novos esquemas de corrupção, citando supostas fraudes no INSS. Questionou ainda por que aliados do Governo não apoiaram a criação de uma CPI para investigar o caso, mencionando que um dos responsáveis por uma das associações investigadas seria irmão do Presidente Lula.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou o Governo Lula e acusá-lo de tentar censurar as redes sociais. Informou que as plataformas digitais são ferramentas que permitem expor mentiras e promessas não cumpridas pelo Governo. Também associou o atual mandato a escândalos de corrupção, citando especificamente as fraudes no INSS, que classificou como um dos maiores casos da história do País. Afirmou que, ao adotar o slogan “O Brasil voltou”, o Governo estaria, na verdade, retomando práticas de corrupção que marcaram gestões anteriores.

Airton Faleiro (PT - PA) - O Deputado encaminhou a votação, em segundo turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 725, de 2024, que aprova o Relatório da Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência como apreciação, pelo Congresso Nacional, dos textos da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional atualizados, encaminhados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar n.º 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar n.º 136, de 25 de agosto de 2010. Criticou a Oposição por tentar desgastar a imagem do Presidente Lula, que considerou inocentado após enfrentar processos judiciais e vencer as eleições. Afirmou que as tentativas de golpe, como no episódio de 8 de janeiro, foram superadas e direcionou críticas ao ex-



Presidente Jair Bolsonaro, destacando sua inelegibilidade e os processos que ainda enfrenta. Encerrou pedindo que a Oposição se preocupe com seus próprios líderes e responsabilidades.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação, em segundo turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 725, de 2024, que aprova o Relatório da Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência como apreciação, pelo Congresso Nacional, dos textos da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional atualizados, encaminhados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar n.º 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar n.º 136, de 25 de agosto de 2010. Criticou a narrativa de que o Presidente Lula teria sido inocentado pela Justiça. Informou que Lula foi condenado em três instâncias, incluindo o Superior Tribunal de Justiça, e só conseguiu disputar as eleições após ter suas condenações anuladas pelo Supremo Tribunal Federal. Classificou essa decisão como um ato de “descondenação” e afirmou que a população brasileira tem consciência desse processo.

Airton Faleiro (PT - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação, em segundo turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 725, de 2024, que aprova o Relatório da Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência como apreciação, pelo Congresso Nacional, dos textos da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional atualizados, encaminhados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar n.º 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar n.º 136, de 25 de agosto de 2010. Defendeu o Presidente Lula, afirmando que ele foi vítima de perseguição jurídica, parlamentar e midiática, que o impediu de concorrer nas eleições anteriores. Destacou que o Supremo Tribunal Federal revisou erros judiciais, permitindo que Lula disputasse as eleições e assumisse democraticamente a Presidência. Criticou a Oposição por adotar discursos seletivos sobre decisões do STF e afirmou que o ex-Presidente Jair Bolsonaro é quem se encontra inelegível e responde a processos. Também comparou ações dos Governos anteriores, defendendo os programas sociais retomados, como o Minha Casa, Minha Vida, o Farmácia Popular e o Mais Médicos, além de citar novos projetos na área da saúde e do desenvolvimento econômico.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação, em segundo turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 725, de 2024, que aprova o Relatório da Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência como apreciação, pelo Congresso Nacional, dos textos da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional atualizados, encaminhados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar n.º 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar n.º 136, de 25 de agosto de 2010. Elogiou a condução dos trabalhos pelo Presidente da sessão.



Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação, em segundo turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 725, de 2024, que aprova o Relatório da Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência como apreciação, pelo Congresso Nacional, dos textos da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional atualizados, encaminhados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar n.º 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar n.º 136, de 25 de agosto de 2010. Criticou o Governo Lula, classificando sua gestão como um “desastre” nos indicadores econômicos, na saúde, na segurança e na gestão pública. Ironizou a atuação do Governo ao compará-la ao filme “Missão Impossível” e mencionou que as críticas ao Banco Central cessaram após o órgão ser ocupado por indicados do próprio Governo. Também acusou a gestão de omitir problemas como o suposto roubo de aposentados e o aumento dos juros. Elogiou a condução dos trabalhos na Casa pelo Presidente da sessão.

Sargento Fatur (PSD - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação, em segundo do turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 724, de 2024, que susta os efeitos da Resolução Normativa do Conselho Federal de Administração – CFA – nº 654 de 12 de novembro de 2024, nos termos do art. 49, V da Constituição Federal. Além disso, comparou os Governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro, destacando críticas ao atual Presidente. Citou vaias recebidas por Lula em evento recente e relatou participação na Marcha dos Prefeitos ao lado de Bolsonaro, que foi aclamado. Relatou ainda conversas com Prefeitos ao longo do último ano, afirmando que a maioria demonstrou preferência pelo ex-presidente Bolsonaro em relação ao apoio aos municípios.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado destacou a presença massiva de Prefeitos e Vereadores em Brasília (DF), na maior marcha da história, e elogiou a atuação do Governo Lula por fortalecer parcerias com Estados e Municípios, especialmente nas áreas de moradia e programas sociais. Criticou a gestão anterior por não entregar obras e por desrespeitar a relação federativa. Denunciou ainda tentativa de interferência do Governo Trump em processos judiciais brasileiros e defendeu a soberania nacional e o papel das instituições. Por fim, reafirmou o compromisso com a democracia, condenou tentativas de golpe e se posicionou contra qualquer anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Presidente da sessão anunciou a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 724, de 2024, informando que seguirá para o Senado Federal, e fez um agradecimento público aos presentes, à Mesa Diretora, aos técnicos e à equipe da TV Câmara. Homenageou especialmente o servidor Egio, que completará 40 anos de atuação na Casa, destacando sua dedicação e apoio ao longo dos anos. Ressaltou



ainda a importância do trabalho coletivo e reconheceu o papel essencial dos servidores do Congresso Nacional, enaltecendo sua competência e compromisso com o funcionamento da instituição.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado abordou fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que geraram descontos indevidos em aposentadorias e pensões, somando mais de R\$ 6 bilhões e afetando milhares de idosos. Criticou a omissão do Governo Federal e cobrou transparência sobre os nomes dos responsáveis, ressarcimento imediato às vítimas, medidas efetivas de prevenção e responsabilização política dos envolvidos. Classificou ainda o episódio como um escândalo administrativo e moral, que atinge diretamente o princípio da dignidade humana. Por fim, defendeu que o Congresso reaja com firmeza e exigiu do Executivo ações urgentes para proteger os aposentados e garantir que casos como esse não se repitam.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou a Resolução CNE/CEB nº 4, de 2025, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, por enfraquecer disciplinas fundamentais como matemática, português, ciências, história e geografia. Alertou que a medida compromete a qualidade da educação básica ao priorizar conteúdos vagos e ideológicos, sem oferecer suporte aos professores. Rejeitou a substituição do ensino estruturado por abordagens subjetivas e destacou os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), 2023, como indicativo da urgência em manter o foco nos fundamentos. Ressaltou ainda que justiça curricular se faz garantindo igualdade no acesso ao conhecimento essencial, e pediu a revisão da Resolução em nome da formação intelectual e profissional dos estudantes.

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado chamou atenção para os dados alarmantes do Atlas da Violência 2023, que indicaram aumento de 2,5% no número de mulheres assassinadas, apesar da leve queda na taxa geral de homicídios no Brasil. Destacou que mulheres negras representaram 68,2% das vítimas, com risco 1,7 vezes maior de serem assassinadas. Informou ainda que, em 2023, os casos de violência doméstica cresceram 22,7%, e 8 em cada 10 agressões ocorreram dentro de casa. Também alertou para o avanço da violência contra crianças e adolescentes, com destaque para a violência sexual entre meninas. Por fim, reforçou a necessidade de medidas estruturais e políticas públicas para combater esse cenário.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada, durante Sessão Solene em homenagem ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, ressaltou a importância da data e os avanços legislativos desde sua criação, como a Lei da Escuta Protegida e a campanha Maio Laranja. Destacou que, apesar desses progressos, o Brasil ainda convive com estatísticas alarmantes. Informou que, segundo o Ministério da Saúde, entre 2015 e 2021 foram registrados mais de 202 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Citou que, no Rio de Janeiro, em 2023, houve quase 9 mil denúncias, sendo 40% das



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SEM REVISÃO

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 85.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/05/2025

vítimas crianças de até 13 anos (em sua maioria meninas, pardas ou negras, agredidas por pessoas do círculo familiar). Por fim, defendeu a exigência de certidão negativa de antecedentes para profissionais que atuam com crianças e pediu mais empenho na prevenção, acolhimento e denúncia, alertando que o silêncio perpetua a violência.

ENCERRAMENTO